



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 2ª REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR  
BIÊNIO 2014-2015

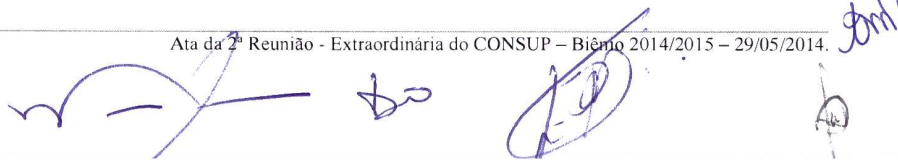
1 Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões da Reitoria, às  
2 quatorze horas e seis minutos, reuniram-se os seguintes membros do CONSUP: O Magnífico Reitor  
3 em Exercício do Instituto Federal de Rondônia, Professor **Dauster Souza Pereira**, Presidente  
4 Substituto do CONSUP; **Angélica Maria de Toledo Brogin** e **José Sudré de Oliveira**,  
5 Representantes Titulares dos Docentes, **Sílvio Luís de Freitas**, Representante Suplente dos Docentes;  
6 **Tiago Lins de Lima**, Representante Titular dos Técnicos-Administrativos; **Thiago Pacife de Lima**,  
7 Representante Suplente dos Técnicos-Administrativos, convocado considerando justificativa de  
8 ausência da Titular Juliana Vieira Saldanha; **Edinaldo Almeida da Silva** e **Carlos Renato Romano**  
9 **Lopes**, Representantes Titulares dos Discentes; **Vanderley Antônio Chorobura Klein**, Representante  
10 Titular dos Egressos; **Osvino Schmidt** e **Juliano Cristhian Silva**, Representantes Titulares do  
11 Colégio de Dirigentes; **Elaine Aparecida de Lima Vianna**, Representante Titular da Eletrobrás;  
12 **Edilberto Fernandes Syrczyk**, Representante Titular do SINASEFE/RO; **Daniel Pereira**,  
13 Representante Titular do SINDSEF/RO; **Maria Angélica Silva Ayres Henrique**, Representante  
14 Suplente da SEDUC/RO, convocada considerando justificativa de ausência do Titular Emerson Silva  
15 Castro. Os conselheiros titulares e suplentes, Siguimar Francisco da Cruz, Rejane Maria de Araújo  
16 Vago e Wilson Conciani justificaram suas ausências. O Professor Dauster, após cumprimentar os  
17 presentes, fez uma rápida apresentação pessoal e deu início à reunião agradecendo a presença de  
18 todos. Em seguida, fez a verificação do quórum, constatando-se a existência do mesmo para realização  
19 da reunião. Consulta o conselho quanto à participação do Assessor Especial, Professor Roberto  
20 Bagattini Portella, durante a reunião, não houve nenhuma objeção. Reitera aos conselheiros o disposto  
21 no artigo nono, parágrafo quarto, do Regimento Interno do Conselho Superior, onde consta que: “Será  
22 facultada aos suplentes dos membros do Conselho a participação em reuniões, conjuntamente com os  
23 respectivos membros titulares, sem direito a voto, nem voz e sem qualquer ônus ao IFRO”. O  
24 Professor Osvino pede a palavra para alertar aos conselheiros sobre as ausências consecutivas nas  
25 reuniões sem a devida justificativa, o que poderá acarretar em perda do mandato, conforme preconiza  
26 o artigo terceiro, parágrafo quinto, do Regimento acima citado. O Professor Dauster sugere incluir na  
27 ordem do dia a pauta sobre a Deliberação da Resolução nº 57/2010, com base no artigo treze,  
28 parágrafo único, do Regimento Interno, obtendo a concordância dos conselheiros. Às quatorze horas e  
29 onze minutos os conselheiros Tiago Lins, Maria Angélica e Thiago Pacife fazem-se presentes na  
30 reunião. Prosseguindo, o Professor Dauster faz a leitura da pauta e, em seguida, passa a aprovação da

31 Ata da segunda reunião ordinária. A Professora Angélica questiona a redação da Ata na linha cento e  
32 setenta e cinco, ponderando que o que se aprovou foi o encaminhamento da Minuta do  
33 Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC e não a aprovação da Minuta, como está descrito.  
34 O Professor Juliano esclarece que, após a deliberação do CONSUP, houveram algumas alterações  
35 feitas pelo Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências – CPRSC, desta  
36 forma, decidiu-se por alterar a Minuta antes de encaminhá-la para aprovação do CPRSC. Ressaltou,  
37 contudo, que se aprovou o encaminhamento somente. Desta forma, a linha cento e setenta e cinco fica  
38 com a seguinte redação: “coloca o encaminhamento da minuta do RSC para aprovação junto a  
39 CPRSC”. Após a alteração, a Ata é aprovada por unanimidade. Dando continuidade, passa-se ao  
40 **Ponto 1** da pauta: Projeto Pedagógico Curso Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio - relator  
41 Professor Osvino. Após cumprimentar os presentes, o Professor Osvino fala que este projeto é de um  
42 curso que já está em funcionamento, mas há a necessidade de fazer um redimensionamento do mesmo.  
43 Prossegue com a leitura do seu parecer. Acrescenta que o projeto do curso foi aprovado *ad referendum*  
44 considerando o início do ano letivo. Contudo, após, percebeu-se um equívoco em relação à disciplina  
45 Ciências dos Materiais e Metalografia, que necessitava como pré-requisito a disciplina de Química,  
46 portanto teria de ser cursada no segundo ano; e a necessidade de desmembramento da disciplina  
47 Metrologia e Mecânica Técnica, visando equilíbrio na distribuição da carga horária. A solicitação das  
48 alterações tramitou na Pró-Reitoria de Ensino que deu parecer favorável, uma vez que estas alterações  
49 foram amplamente discutidas. Em seguida, faz a leitura do mérito e conclui que o projeto atende aos  
50 requisitos e ao catálogo nacional dos cursos técnicos, bem como, está devidamente formatado  
51 conforme preconiza a Resolução nº 42/2014. Vota favoravelmente a aprovação, desde que a Resolução  
52 nº 008/2014 seja revogada. O Professor José Sudré fala que leu o processo exaustivamente e externa  
53 sua preocupação com o redimensionamento do curso para três anos. Observa que o curso tem vinte por  
54 cento de carga horária que será oferecida como Ensino a Distância, através do Ambiente Virtual de  
55 Aprendizagem – AVA. Em seguida, pede vista do processo até que seja apresentado ao CONSUP um  
56 parecer de que o AVA está funcionando de forma correta. Prossegue sugerindo que as aulas deveriam  
57 ser de sessenta minutos ao invés de cinquenta minutos; questiona a respeito do estágio obrigatório,  
58 sendo que não há outras formas do aluno concluir os estudos, sugere que poderia se utilizar outro  
59 mecanismo, sem que seja vinculado tão somente ao estágio. O conselheiro Tiago Lins exemplifica que  
60 tem um conhecido que não pode fazer o estágio obrigatório e, desta forma, não pode concluir o curso.  
61 Prosseguindo o debate, o Professor José Sudré acrescenta que os professores devem ser da área da  
62 disciplina, solicita que seja retirado do processo que professores de história podem dar aula de  
63 filosofia, uma vez que isso interfere na qualidade do ensino. Com relação ao estágio, acrescenta que  
64 não está claro se o mesmo será oferecido pela instituição ou fora dela. Em seguida pede vista dos  
65 demais processos de Projeto Pedagógico, até que tenha uma comissão que analise o funcionamento do  
66 AVA. O Professor Osvino propõe fazer uma ressalva para retirar o profissional de história como  
67 possível professor da disciplina de filosofia; acrescenta que o estágio obrigatório possui um  
68 regulamento e sugere incluir o Trabalho de Conclusão de Curso, mediante projeto de pesquisa e

Handwritten signatures in blue ink on the right margin of the page, including names like 'Angélica', 'Osvino', 'José Sudré', and 'Tiago Lins'.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Osvino', 'José Sudré', and 'Tiago Lins'.

69 autorização. Ressalva que este PPC do Câmpus Vilhena é um curso que já está em funcionamento  
70 desde dois mil e dez. O Professor Juliano acrescenta que nem sempre será utilizado o AVA, pois será  
71 até vinte por cento, logo existe a possibilidade de utilizar o ambiente, ficando a critério do professor.  
72 Esclarece, ainda, que a questão do estágio está sanada, pois consta no PPC a possibilidade de  
73 apresentar o TCC. Tiago Lins questiona o Professor Juliano, que falou em até vinte por cento, contudo  
74 não consta no PPC a definição de que o professor pode dizer se quer ou não utilizar este ambiente. O  
75 Professor José Sudré acrescenta que se o professor não utilizar o AVA, não tem como fechar a carga  
76 horária e reitera a necessidade de instituir uma comissão que apresente um parecer de que esta  
77 ferramenta de fato funciona. O Professor Edilberto fala que estamos discutindo algo mais amplo, que  
78 envolve a estrutura física e pondera que se está no processo é obrigação nossa aplicar e utilizar o  
79 AVA. O Professor Dauster esclarece que os temas estágio e TCC estarão em pauta na próxima reunião  
80 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Questiona se o Professor José Sudré, após as  
81 considerações, mantém vista do processo. Em resposta, o Professor José Sudré diz que mantém e  
82 solicita que seja instituída uma comissão que dê um parecer de que o AVA funciona no mínimo dois  
83 por cento nos *Campi*. Prossegue estendo o pedido de vista ao PPC do Câmpus Ariquemes. Ressalta,  
84 ainda, que o Siga-Edu não funciona como deveria, e que pode acontecer a mesma coisa com o AVA.  
85 O Professor Juliano informa que no Câmpus Ariquemes o AVA já é utilizado e funciona. Prossegue-se  
86 o debate, e o conselheiro Tiago Lins sugere encaminhar a solicitação do Professor José Sudré, de  
87 instituir uma comissão com membros dos *Campi* e eles apresentam um parecer sobre o funcionamento  
88 do ambiente. Em seguida, o Professor Dauster pede a licença dos conselheiros e apresenta a Pró-  
89 Reitora de Ensino, Silvana, para explicar um pouco sobre o AVA e dirimir as dúvidas que surgiram  
90 com o debate. Silvana fala que se pode utilizar até vinte por cento da carga horária em atividades não  
91 presenciais, o que não implica necessariamente em EaD, sendo este um dos recursos. Há o moodle  
92 com links para todos os *Campi*, em funcionamento. Acrescenta que foi feita uma capacitação em abril,  
93 proporcionada pela Câmpus Porto Velho Zona Norte, onde foram capacitados professores para  
94 multiplicar este conhecimento nos *Campi*. O Professor José Sudré questiona se ele poderá optar por  
95 não utilizar o EaD e, neste caso, se a carga horária estará completa. Silvana responde dizendo que o  
96 acordo era para que fosse utilizado para todas as disciplinas, com estratégias diferentes de utilização,  
97 sem necessariamente empregar o EaD. O Professor José Sudré, prossegue falando que a internet do  
98 Câmpus Ji-Paraná não é boa para trabalhar a questão do AVA, diz que gosta da tecnologia à distância,  
99 e que foi inclusive tutor, contudo não vê como cumprir a carga horária sem utilizar o AVA. O  
100 Professor Juliano ressalta que podem ser utilizadas outras ferramentas para cumprir as cargas horárias.  
101 Silvana acrescenta que está previsto em lei, que até vinte por cento da carga horária, poderá ser não  
102 presencial e se tiver EaD poderá se utilizar esta ferramenta, sendo esta uma política nacional.  
103 Prossegue dizendo que o Câmpus Ji-Paraná tem uma situação privilegiada e que o Câmpus Colorado  
104 do Oeste tem problemas com a internet, contudo possui moodle próprio e que funciona. A Professora  
105 Angélica discorda e diz que no Câmpus Colorado do Oeste não funciona direito. O conselheiro Daniel  
106 fala que fica difícil se posicionar, pois este tema é do cotidiano dos professores; acrescenta que esta



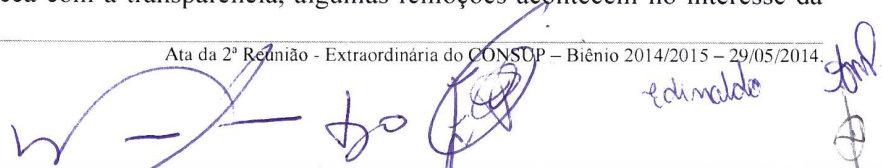
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and several initials on the right.

107 dificuldade tem que ser resolvida e questiona qual seria a implicação da não aprovação do PPC para os  
108 alunos, se teriam prejuízos. Silvana ressalta que temos todo o sistema EaD que funciona com o moodle  
109 e propõe que os conselheiros conheçam as estruturas, pois é uma ferramenta prática e muito utilizada.  
110 Ressalva ainda que, com relação aos diretamente envolvidos, seria um retrocesso, pois estaríamos  
111 tirando a tecnologia dos alunos. A Professora Angélica diz que não sabe até que ponto os conselheiros  
112 sabem como a internet funciona nos *Campi*, mas que no Câmpus Colorado não funciona bem. O  
113 conselheiro Vanderlei ratifica a fala da Professora Angélica. O conselheiro Carlos Romano ressalta  
114 que no Câmpus Ariquemes os alunos fazem atividades, provas e trabalhos pelo moodle e que funciona  
115 bem. O Professor Juliano fala que o problema do Câmpus Colorado é alheio a instituição, pois  
116 semelhante ao que aconteceu ao Câmpus Cacoal, as empresas não querem levar o link até estes *Campi*.  
117 Acrescenta que em Cacoal este problema está sendo resolvido este ano, através da contratação de uma  
118 empresa privada e diz que sabe da dificuldade que Colorado tem com a internet. Prosseguindo, o  
119 Professor Edilberto fala que o debate vai se estender ainda mais e que entendeu a proposta do  
120 Professor José Sudré, ressalta que a verificação deverá ser feita em todos os Câmpus, através de uma  
121 comissão. Silvana esclarece que a utilização do EaD partiu do redimensionamento dos cursos de  
122 quatro para três anos, por questões econômicas e pela evasão. Diz que foi a partir dessas discussões  
123 que surgiu a questão do redimensionamento, acrescenta que houve uma discussão colegiada sobre  
124 isso. Assim a Pró-Reitoria de Ensino foi caminhando neste processo. O Professor Edilberto fala que  
125 entende, mas reitera a necessidade da criação da comissão. O conselheiro Tiago Lins questiona se a  
126 utilização do moodle seria contínua. Silvana responde que será contínua, sendo que foi criado o  
127 moodle e agora será feita a capacitação das equipes. O Professor Dauster sugere que a proposta de  
128 constituição da comissão seja posta em votação. O Professor Osvino pede a palavra, e fala que não é  
129 favorável a que o processo pare, aguardando o parecer da comissão. É favorável que a comissão avalie  
130 e acrescenta que o CONSUP é responsável por cobrar da gestão boas condições de funcionamento do  
131 AVA, reitera, contudo, que os processos não podem parar. Ressalta que a comissão deve ser neutra,  
132 sem a participação da gestão ou sindicato, para avaliar as condições de funcionamento do ambiente de  
133 aprendizagem e apresentar um parecer. A conselheira Maria Angélica, diz que comunga da mesma  
134 ideia do Professor Osvino, uma vez que o não funcionamento da ferramenta em alguns *Campi*, não  
135 pode inviabilizar todo o processo. Pondera que a internet é uma ferramenta, entre tantas outras para o  
136 cumprimento de até vinte por cento da carga horária. Prossegue dizendo que é preciso sanar os  
137 problemas e as falhas, mas que às vezes não dependem somente dos esforços do Instituto e sim de  
138 parceiros. Acrescenta ainda que os conselheiros precisam ter ciência do que seria inviabilizar os  
139 processos de PPCs em virtude da internet não funcionar em um ou outro Câmpus. Dando  
140 continuidade, o conselheiro Daniel questiona qual o trâmite quando se pede vista aos processos. O  
141 Professor Osvino responde citando o artigo quatorze do Regimento Interno do CONSUP, onde consta  
142 que deverá ser apresentado o parecer na próxima reunião. O conselheiro questiona ainda que se não  
143 for aprovado qual será a consequência e se haverão prejuízos aos alunos. Em resposta, o Assessor  
144 Especial, Roberta Portella, diz que poderá haver prejuízo aos alunos, uma vez que o PPC já foi

145 aprovado e já está em andamento no Câmpus e que um problema específico do Câmpus Ji-Paraná não  
146 pode travar os demais *Campi*. O Professor Edilberto insiste que o tema é especificamente o  
147 redimensionamento de quatro para três anos, e sua preocupação é que devemos oferecer estrutura  
148 mínima nos *Campi*. Ressalta que é importante aprovar os processos, pois estão atrasados, mas não se  
149 pode simplesmente aprovar, pois está relacionado a questões maiores, como por exemplo, de  
150 infraestrutura. O Professor José Sudré diz que não quer travar o processo e nem que está pedindo o  
151 arquivamento do mesmo, o que ele espera é o funcionamento mínimo, que isso seja implantado e que  
152 funcione. Reitera a questão da comissão, solicitando que a mesma seja idônea e que visite todos os  
153 *Campi*, para então apresentar um parecer. Ressalta que não haverá prejuízo aos alunos, pois os  
154 processos serão aprovados, mas antes se precisa de segurança para tomar esta decisão. Dando  
155 continuidade, o Professor Dauster sugere que os conselheiros votem a favor ou contra a instituir a  
156 comissão. Todos são favoráveis, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, define-se que a  
157 comissão será composta por três servidores, devendo ser: um pedagogo-supervisão, um da área de  
158 tecnologia da informação e um professor de ensino básico, técnico e tecnológico; e os servidores  
159 deverão ser de *Campi* diferentes. Define-se, também, que um aluno de cada *Campi* participará durante  
160 a visita da comissão. O conselheiro Tiago Pacife, diz que o AVA é utilizado no Câmpus Porto Velho  
161 Zona Norte, mas não sabe se é o mesmo que é utilizado nos demais *Campi*, e avalia que talvez não  
162 houve uma capacitação dos professores em como utilizar a ferramenta corretamente. O conselheiro  
163 Carlos Renato acrescenta que a comissão deverá avaliar se os alunos têm ou não acesso a ferramenta  
164 do ensino a distância, uma vez que os mesmos, geralmente têm acesso à internet fora do Câmpus. Em  
165 seguida, o Professor Dauster coloca em votação a composição da comissão, sendo aprovada por  
166 unanimidade. O Professor José Sudré pede vista do processo do PPC de Eletromecânica Integrado ao  
167 Ensino Médio e PPC Informática Integrado ao Ensino Médio, ambos do Câmpus Vilhena. Dando  
168 continuidade a pauta – **Ponto 2** – passou-se a palavra ao relator, Professor Juliano, PPC Técnico  
169 em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio, do Câmpus Ariquemes.  
170 Após a leitura do parecer pelo relator, o Professor José Sudré pede vista do processo. **Ponto 3** -  
171 PPC Licenciatura em Matemática, Câmpus Cacoal. O relator, Professor Osvino, inicia com a  
172 leitura do parecer, expondo que o PPC propõe um curso novo, que visa, sobretudo, habilitar  
173 profissionais em matemática na região de Cacoal e região. Ressalta que a matriz curricular  
174 proposta está em consonância com o Parecer nº 1.302/2001 do Conselho Nacional de Educação,  
175 que se refere às diretrizes da graduação de matemática. Prossegue, dando voto favorável a  
176 aprovação do processo. O Professor Juliano pede a palavra e acrescenta que o curso nasceu por  
177 meio de uma pesquisa, onde foi identificada a demanda na área de licenciatura em matemática.  
178 Fala ainda que uma audiência pública será feita na próxima semana. Prossegue dizendo que há  
179 laboratório e materiais para atender o curso e atualmente há profissionais suficientes para atender  
180 três semestres do curso; ressalta que haverá contratação de servidor na área de pedagogia e libras,  
181 por ocasião da realização do concurso público. Dando continuidade, o Professor José Sudré,  
182 parabeniza a iniciativa do Câmpus Cacoal e faz uma sugestão, considerando que a estatística é

183 formar cinco ou seis alunos, de uma turma de quarenta, porque não começar uma turma com  
184 sessenta a oitenta alunos, para desta forma, aumentar a quantidade de alunos formandos. O  
185 Professor Juliano fala que o desafio é manter os alunos em sala de aula. Dando continuidade ao  
186 debate, o Professor Edilberto diz que identificou apenas dois professores de matemática na  
187 comissão, o que fragiliza a análise de componentes específicos das exatas no projeto. O Professor  
188 Juliano destaca que há dois professores de matemática, Jorge da Silva Werneck e Adilson  
189 Miranda de Almeida. Ressalta, ainda, que foi constituída uma comissão macro para os projetos de  
190 licenciatura, com a missão de definir quais seriam os cursos para o Câmpus Cacoal. O Professor  
191 Edilberto prossegue dizendo que sentiu falta de aprofundamento nas áreas basilares da  
192 matemática, explanando sobre as ementas do curso, uma vez que a seu ver faltam no projeto  
193 disciplinas substanciais voltadas à educação matemática, etnomatemática e de informática  
194 aplicada à matemática; com relação aos objetivos específicos sentiu ausência de elementos  
195 concernentes ao saber matemático, sendo genéricos e questiona qual o conceito matemático que  
196 está sendo tratado aqui. O Professor Osmino responde que há oficinas de material matemático,  
197 cálculo, entre outros, e que a base do conhecimento matemático será dada nestas disciplinas. A  
198 Professora Angélica acrescenta que há a disciplina de metodologia de ensino e isto será aplicado  
199 no estágio. Prosseguindo, o conselheiro Daniel diz que acompanha a questão dos formandos, e  
200 que precisamos inculcar nos alunos que se ele tem algo gratuito e de qualidade, é preciso aproveitar  
201 e terminar o curso. Finaliza parabenizando a iniciativa do Câmpus Cacoal. A conselheira Maria  
202 Angélica pondera que a escassez de professores habilitados é uma problemática nacional,  
203 agravada em Rondônia, pois o quadro de docentes em vias de aposentadoria é grande. Informa  
204 que neste momento a Secretaria de Estado da Educação está trabalhando o plano estadual de  
205 educação e diz que é preciso propor estratégias para a permanência dos alunos no curso superior;  
206 avalia que estes novos cursos podem até evitar um colapso no quadro de professores e, para  
207 finalizar, parabeniza o Câmpus pela iniciativa. O Professor Juliano fala que estratégias precisam  
208 ser desenvolvidas para manter o aluno no curso e convencê-lo a ser professor é um desafio.  
209 Informa que serão ofertadas quarenta vagas pelo SISU e, sugere, que sejam feitos vestibulinhos,  
210 aproveitamento de diploma, visando ampliar as condições de entrada de alunos no curso. A  
211 Professora Angélica acrescenta que, através do PIBID Institucional, o aluno pode entrar em  
212 contato com a prática logo no início do curso, o que poderia ser benéfico e auxiliar na questão da  
213 evasão. Prosseguindo, o Professor Edilberto, ressalta que é imprescindível a formação de mais  
214 profissionais, contudo tem quarenta e três apontamentos acerca do PPC que gostaria que a comissão  
215 envolvida na elaboração do mesmo tivesse conhecimento. O Professor Juliano solicita então que  
216 tais apontamentos sejam encaminhados por e-mail e ele responsabilizar-se-á por encaminhar à  
217 comissão. Em seguida, o Professor Dauster encaminha para aprovação. Aprovado por  
218 unanimidade. **Ponto 5** – Edital do Processo de Remoção, aprovado *ad referendum*. O relator,  
219 Tiago Lins, antes de adentrar no mérito do processo, faz uma leitura da carta da servidora Railane,

220 do Câmpus Colorado do Oeste. Em seguida, explica que houve o processo de remoção sem  
221 abertura de vagas para o cargo ocupado por ela, contudo depois foi aberto concurso público, com  
222 vagas destinadas ao seu cargo, no Câmpus em que ela gostaria de pleitear remoção. Informa que  
223 vai protocolar uma via da referida carta no gabinete da reitoria, para que na medida do possível  
224 seja adotada uma providência. O Professor Dauster questiona se o relator é favorável ou não a  
225 aprovação do processo. Em reposta, o conselheiro diz que tem algumas ressalvas a fazer com  
226 relação ao texto do Edital, quais sejam: item 2.1 d – recomenda que nos próximos editais de  
227 remoção não esteja contemplado este item, uma vez que, se o servidor será removido no âmbito  
228 do IFRO, ele poderá continuar respondendo o processo administrativo no outro local; item 1.8.2 –  
229 informa que foi questionado por alguns servidores acerca deste item, no que concerne a liberação  
230 do servidor estar condicionada a liberação da direção-geral. O Professor Juliano ressalva que a  
231 anuência da direção-geral é somente para definir a data em que o servidor será removido, não  
232 tendo nenhuma interferência no resultado do concurso de remoção. O relator propõe então, que  
233 seja alterada a redação do item e inserida “anuência da direção-geral”. Prosseguindo, o Professor  
234 Dauster pergunta se alguém tem mais alguma consideração para os próximos editais. O Professor  
235 José Sudré fala que no Câmpus Vilhena não tinha vaga no edital de remoção e depois abriu a vaga  
236 para o concurso, contudo existia uma servidora que queria pleitear a remoção para esta vaga;  
237 finaliza pedindo mais cuidado na apresentação das vagas no edital de remoção, pois ele é muito  
238 questionado pelos servidores acerca desse assunto. O conselheiro Tiago Lins ratifica a fala do  
239 professor e pede cuidado na distribuição das vagas. O Professor Juliano esclarece que com relação  
240 à remoção dos TAEs existia um quantitativo de vagas e, com base nestas vagas, foi lançado o  
241 referido edital. Ao sair o edital do concurso surgiram novas vagas, provenientes basicamente de  
242 vacâncias e novas vagas liberadas pelo MEC. Finaliza acrescentando que houve cuidado sim com  
243 a elaboração das planilhas de vagas para a remoção. O conselheiro Vanderley diz que o servidor  
244 não entende como é a sistemática do processo, uma vez que no dia trinta de dezembro saiu a  
245 publicação das vagas. Questiona por que o diretor geral de um Câmpus tem um código de vaga e  
246 coloca para a remoção e o outro coloca para concurso? O diretor tem autonomia para colocar no  
247 edital de remoção ou não? Há alguma lei que determina isso? Fica subtendido que a direção geral  
248 não colocou a vaga para remoção por questões pessoais, ou a direção faz o que quer? Como  
249 funciona de verdade o edital de remoção? Acredita que se o MEC libera certa quantidade de  
250 vagas, todas devem entrar primeiro no edital de remoção. O conselheiro Tiago Lins acrescenta  
251 que se a vaga foi liberada antes de edital, esta deveria constar para remoção e não no concurso. O  
252 Professor Osmino informa que está em processo de criação o fluxo contínuo de remoção, que irá  
253 facilitar este processo, principalmente com relação a permuta entre os servidores. O Professor  
254 Juliano, acrescenta que, assim que surgir a vaga já vai para o fluxo contínuo. Ressalta que o  
255 próximo edital para TAEs já será com base neste fluxo. Prosseguindo, o conselheiro Thiago  
256 Pacife fala que o IFRO peca com a transparência, algumas remoções acontecem no interesse da

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

257 administração. Acredita que toda remoção deveria ser feita por um processo. Ressalta que a  
258 Renata Jeremias, servidora do Câmpus Ji-Paraná, passou em um concurso na reitoria para o cargo  
259 de administradora, solicitou remoção para o referido Câmpus e foi negado. Meses depois a Jéssica  
260 Cristina, servidora da reitoria, foi nomeada contadora no Câmpus Cacoal e, logo após, foi  
261 removida para a reitoria, sendo que a mesma não atua como contadora e o Câmpus ficou sem  
262 contador por um tempo. Acrescenta que neste ponto a administração agiu corretamente, mas não  
263 com impessoalidade e pede que seja dado tratamento isonômico a todos. Prossegue dizendo que o  
264 boletim de serviço está desatualizado e que a publicação das ‘palavras do reitor’ também não  
265 aconteceu mais; finaliza falando que está faltando transparência aos atos da reitoria. O Professor  
266 Dauster fala que não vai entrar no mérito da remoção da Jéssica e que as palavras do reitor,  
267 poderá ser explicado melhor pelo próprio. Dando continuidade, coloca em aprovação o processo.  
268 Aprovado por unanimidade, com as ressalvas apontadas pelo relator, para os próximos editais.  
269 Considerando o adiantado da hora, questiona se os conselheiros concordam em analisar o  
270 processo sobre o código disciplinar discente, ficando os demais pontos da pauta – prestação de  
271 contas do ETEC e PRONATEC – para a próxima reunião. A conselheira Maria Angélica e a  
272 Elaine falam que não poderão permanecer. Ausentando-se às dezessete horas e quatro minutos. Os  
273 demais conselheiros concordam. **Ponto 6** – Código Disciplinar Discente, o Professor Osvino,  
274 relator do processo, faz a leitura do parecer. Apresenta voto favorável, uma vez que este tema já  
275 foi amplamente debatido em todas as instâncias da instituição. Após as considerações dos  
276 conselheiros, com relação ao texto da minuta, define-se que precisa haver revisão ortográfica em  
277 todo o texto, bem como de numeração de títulos, capítulos e artigos; alteração do artigo vinte e  
278 cinco, com a inclusão do texto “(...) ou quando em representação, exceto os casos previstos em  
279 lei”; demais alterações constam no parecer do relator. O Professor Dauster coloca para aprovação.  
280 Aprovado por unanimidade, desde que atendidas às recomendações constantes no parecer do  
281 relator. Prosseguindo, a Professora Angélica questiona quando a resolução para afastamento dos  
282 docentes será encaminhada ao CONSUP. O Professor Dauster responde que primeiro esta matéria  
283 entrará na pauta do Colégio de Dirigentes e que, provavelmente, entrará na pauta da próxima  
284 reunião do CONSUP. A Professora Angélica solicita um posicionamento sobre a progressão  
285 docente para a próxima reunião. O Professor Juliano fala que ficou definido em vinte e quatro  
286 meses e que agora serão feitos os cálculos. Em seguida a Professora Angélica solicita informações  
287 sobre o processo eleitoral do IFRO. O Professor Dauster aborda a questão dizendo que foi formado um  
288 grupo de trabalho com o objetivo de elaborar uma minuta do código eleitoral, para ser apresentada  
289 à comissão eleitoral que será formada no momento oportuno. O Assessor Especial, Roberto  
290 Portella, explica que somente após completar cinco anos, abre-se a possibilidade de eleições no  
291 IFRO, ou seja, em vinte e um de outubro de dois mil e quatorze. Acrescenta que se pretende  
292 terminar todo o processo eleitoral em sessenta dias. O Professor Dauster passa a palavra aos  
293 conselheiros para as considerações finais. O conselheiro Daniel justifica sua ausência nas duas

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature that appears to be 'Osvino' in the middle, and several other initials and marks on the right side.



294 últimas reuniões e fala que a partir do dia quatro se afastará para concorrer ao cargo de deputado e  
295 precisa verificar se pode continuar no CONSUP. O Professor Edilberto volta a questão do PPC de  
296 Eletromecânica, com relação a questão de equipamentos necessários ao curso, destaca que de  
297 acordo com consulta a professores do Câmpus foi constatado que há laboratórios não instalados e  
298 em mau funcionamento, ocasionando perda da qualidade do curso, e propõe uma comissão para  
299 verificação in loco das condições dos laboratórios. O Professor Osvino pondera que é preciso  
300 analisar a legalidade de verificar dentro do Câmpus esta questão, uma vez que o curso existe  
301 desde dois mil e dez e os alunos estão estudando. O Professor Dauster fala que este tema poderá  
302 ser abordado na próxima reunião. O Professor encerra a reunião agradecendo a presença de todos.  
303 Não havendo mais nada a tratar, às dezoito horas e vinte e quatro minutos, o Magnífico Reitor em  
304 Exercício e Presidente Substituto do CONSUP, dá por encerrada a reunião e eu, Thais Pereira Vargas,  
305 Assistente em Administração, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos demais  
306 membros do Conselho Superior.

Ata Osmar S  
Amplifica Maria de Toledo Buzin  
Jose Sudo de Oliveira  
Edinaldo Almeida da Silva  
Thiago Paix de Lima  
Carlos Renato Romano Lopes  
Severina FRANCISCO DA COSTA  
João Manoel  
Juliano Antônio Silva  
Maria Angélica Silva Ayres Henrique  
Vanderley Antonio Charduro Klein  
Edilberto F. Spryzyk